

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (IM) ROBSON DA SILVA ROMA

O EMPREGO DO PODER NAVAL EM MANOBRA DE CRISE:

Crise dos Mísseis em Cuba

Rio de Janeiro

2018

CC (IM) ROBSON DA SILVA ROMA

O EMPREGO DO PODER NAVAL EM MANOBRA DE CRISE:

Crise dos Mísseis em Cuba

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Antonio J. NEVES de Souza

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e irmãos, aos meus queridos filhos Mateus, Camila e Gabriel, e ao meu grande amor, Lenira, pela extrema compreensão e paciência, e pelo irrestrito e persistente incentivo durante o período de elaboração deste trabalho.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Antonio José NEVES de Souza, meu orientador, pelo entusiasmo acadêmico, pelos precisos ensinamentos e oportunos conselhos ao longo da jornada de dedicação à pesquisa.

Ao Capitão-de-Fragata (RM1) Ohara Barbosa Nagashima pela incansável dedicação aos Oficiais-Alunos do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores e pelo esmero na preparação das aulas e orientação metodológica.

RESUMO

Na Teoria dos Conflitos, Thomas Crombie Schelling (1963) ressalta que em qualquer conflito sempre existe uma margem de cooperação entre os oponentes, mesmo que essa cooperação vise apenas a não destruição mútua. Nesse contexto, Schelling (1963) também destaca que a coação e a ameaça se constituem em importantes formas de comunicação. Paulo Lafayette Pinto (1989), por sua vez, descreve as várias possibilidades de emprego de uma força naval numa situação de crise. Desta forma, o propósito da pesquisa é responder se as ações dos Estados Unidos da América (EUA) e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS¹), por ocasião da Crise dos Mísseis em Cuba em 1962, estão em conformidade com as ideias desenvolvidas pelo economista Thomas Crombie Schelling na Teoria dos Conflitos, e se o emprego do poder naval nesse evento histórico guarda aderência aos conceitos defendidos por Pinto (1989), no que diz respeito ao emprego das forças navais em situação de crise. Com a finalidade de auxiliar na análise das ações entre EUA e URSS, na situação considerada, optou-se pela utilização de conceitos amplamente difundidos e admitidos no Brasil tais como: poder nacional, poder marítimo, poder naval, conflito, crise, crise político-estratégica e manobra de crise. Ao realizar o confronto entre as teorias consideradas e as evidências e dados concernentes à Crise dos Mísseis em Cuba, chegou-se a três conclusões distintas, sendo duas delas em relação à teoria de Thomas Schelling (1960), e uma em relação à teoria de Pinto (1989). Em relação às ideias de Thomas Schelling, a primeira conclusão foi que os EUA e URSS apresentaram significativo nível de colaboração mútua, com vistas a impedir a ocorrência de uma catástrofe nuclear. A segunda conclusão, por seu turno, foi que, entre ambas as partes, houve uma intensa troca de mensagens por meio de gestos e atos de coação e ameaça. Por fim, a terceira conclusão foi que o bloqueio naval imposto pelos EUA à URSS se enquadra como umas das formas de emprego do poder naval em situação de crise, conforme previsto por Pinto (1989). Mediante a proposta de pesquisa e aos resultados alcançados, cabe ressaltar que a relevância desse estudo reside na oportunidade de contribuir para a compreensão da dinâmica de evolução de crises entre dois ou mais Estados, procurando fornecer aos níveis político, estratégico e tático do Brasil uma visão mais clara sobre a condução de eventuais crises futuras, bem como, mostrar a importância de se manter um Poder Naval adequado à consecução e à defesa dos interesses nacionais.

Palavras-chave: Poder Naval, Crise dos Mísseis, EUA, URSS.

¹ A União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi um Estado socialista que existiu no período de 1922 e 1991 na Eurásia, onde vigorava um sistema político de partido único e altamente centralizado.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Tipos e modalidades de forças navais.....	15
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DMN-	Doutrina Militar Naval
END-	Estratégia Nacional de Defesa
IGM-	Primeira Guerra Mundial
IIGM-	Segunda Guerra Mundial
OEA-	Organização dos Estados Americanos
ONU-	Organização das Nações Unidas
PND-	Política Nacional de Defesa
URSS-	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	CONCEITOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	10
2.1	Definições	10
2.1.1	Poder Naval	10
2.1.2	Crise	11
2.1.3	Conflito	14
2.2	Formas de emprego do Poder Naval sob a ótica de Paulo Lafayette Pinto	15
2.3	Teoria do conflito de Thomas Schelling	23
3	O CASO CONCRETO: CRISE DOS MÍSSEIS EM CUBA	25
3.1	A Dissuasão	25
3.2	A Guerra Fria	27
3.3	A evolução e o Papel das Armas Nucleares	32
3.4	A Crise dos Mísseis em Cuba	36
3.5	Conclusões Parciais	39
4	A COMPARAÇÃO ENTRE AS TEORIAS E O CASO CONCRETO	41
4.1	Paulo Lafayette Pinto e a Crise dos Mísseis em Cuba	41
4.2	Thomas Schelling na Crise dos Mísseis em Cuba	42
4.2.1	Primeira ideia: A cooperação entre os oponentes	42
4.2.2	Segunda ideia: A coação e a ameaça como um meio alternativo de comunicação	45
4.3	Conclusões parciais	45
5	CONCLUSÃO	47
	REFERÊNCIAS	50
	APÊNDICE	52

1 INTRODUÇÃO

O propósito do presente trabalho é realizar a verificação da validade das Teorias de Pinto (1989), e de Thomas Schelling (1963), perante o caso concreto da Crise dos Mísseis de Cuba (1962). Desse modo, cabe destacar que a teoria de Lafayette Pinto consiste em elaborar a classificação dos vários tipos e modalidades disponíveis de emprego do Poder Naval em uma situação de crise. Já a teoria de Thomas Schelling, por sua vez, reside no estudo comportamental dos entes no ambiente dos conflitos.

A parte do estudo de Thomas Schelling que é testada neste trabalho refere-se a duas ideias postuladas pelo autor, quais sejam: a existência da possibilidade de cooperação entre os adversários em determinado conflito, mesmo que essa colaboração vise ao menos a não destruição mútua de ambas as partes; e o fato de que a coação e a ameaça perfazem um tipo alternativo de comunicação entre os oponentes.

Assim, de maneira a verificar a validade destas teorias, optou-se pelo estudo do caso histórico referente à Crise dos Mísseis em Cuba, haja vista, a complexidade do *Zeitgeist*² em que mesma ocorreu. Cabe também destacar que a relevância desse estudo reside na possibilidade de poder contribuir para uma maior compreensão da dinâmica de evolução de crises entre dois ou mais Estados³, procurando fornecer aos níveis político, estratégico e tático do Brasil, uma visão mais clara sobre a condução de eventuais crises futuras, bem como, mostrar a importância de projetar e manter um poder naval adequado à defesa dos interesses nacionais.

Para tanto, de modo a alcançar o propósito desse trabalho, utilizou-se a técnica do confronto entre os conceitos e as ideias postulados por Lafayette Pinto e por Thomas Schelling, frente aos eventos ocorridos durante os treze dias da Crise dos Mísseis em 1962.

² *Zeitgeist* é um termo no idioma alemão cuja tradução significa espírito da época ou espírito do tempo.

³ O Estado constitui uma sociedade politicamente organizada em um lugar e tempo determinado, onde vigora determinada ordem de convivência, com um poder soberano, único e exclusivo (DIAS, 2013).

Ademais, optou-se pela utilização de conceitos amplamente difundidos e admitidos no Brasil tais como: poder nacional, poder marítimo, poder naval, conflito, crise, crise político-estratégica e manobra de crise.

No que diz respeito ao caso concreto selecionado, a Crise dos Mísseis caracteriza-se como um evento ocorrido em 1962, onde os EUA e URSS se confrontaram durante treze dias, no período de 16 a 28 de outubro, após a descoberta de que os soviéticos estavam construindo uma base de lançamento de mísseis em Cuba, expondo assim, o território norte-americano⁴ ao alcance de um ataque nuclear.

Cabe destacar que, contando com esta Introdução, esta pesquisa se encontra dividida em cinco capítulos. Assim, com vistas ao correto entendimento do trabalho, no segundo capítulo é feita a exposição de definições e conceitos de termos já consagrados em publicações doutrinárias no Brasil. Além disso, essa seção também traz maior detalhamento sobre a fundamentação teórica a ser explorada nessa dissertação.

No terceiro capítulo, aborda-se a questão da dissuasão e as condições que lhe conferem efetividade. Ainda nesse capítulo, também são apresentadas as origens da Guerra Fria, o seu desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial (IIGM), e a quem pode-se atribuir a responsabilidade pela sua ocorrência. Além disso, realiza-se, ainda, uma breve abordagem sobre a evolução e o papel das armas nucleares durante a Guerra Fria. Por fim, a última subseção desse capítulo, conduz o leitor a um maior detalhamento sobre a Crise do Mísseis em Cuba (1962).

O capítulo quatro, por sua vez, trará o confronto entre as teorias e o evento histórico selecionado, de forma a testar a validade das mesmas, identificando de que modo a interação entre ambos ocorreu.

Por último, o capítulo cinco está voltado às conclusões do estudo realizado. Nele

⁴ Com a finalidade de sanar eventuais dúvidas, sempre que nesta dissertação surgirem as palavras: “norte-americano”, “americano” ou “estadunidense”, estaremos nos referindo aos Estados Unidos da América (EUA).

são destacados os pontos mais relevantes da pesquisa, e são apresentadas as respostas aos questionamentos formulados na introdução deste trabalho.

2 CONCEITOS E FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De modo a averiguar a aplicabilidade das teorias consideradas perante o caso concreto selecionado, nesse capítulo realiza-se a exposição de conceitos e definições dos seguintes termos: poder naval, crise, crise político-estratégica, manobra de crise e conflito - todos considerados importantes à adequada compreensão da pesquisa. Além disso, nesse capítulo, são apresentados dois suportes teóricos que guiam esse estudo, sendo o primeiro referente aos entendimentos de Lafayette Pinto sobre as possibilidades de emprego de uma força naval em uma situação de crise, e o segundo, referente a duas ideias postuladas por Thomas Schelling na Teoria do Conflito.

2.1 Definições

Com a finalidade de proporcionar o adequado entendimento da corrente pesquisa, a seguir inicia-se a exposição e discussão dos conceitos referentes aos seguintes termos: poder naval, crise, crise político-estratégica, manobra de crise e conflito.

2.1.1 Poder Naval

No Brasil, a Doutrina Militar Naval (DMN) define Poder Naval da seguinte forma:

O Poder Naval é um dos componentes da expressão militar do Poder Nacional⁵, e integrante do Poder Marítimo⁶, capaz de atuar no mar, nas águas interiores e em certas áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o espaço aéreo sobrejacente, visando contribuir para a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa, identificados na Política Nacional de Defesa (PND⁷), conforme as diretrizes estabelecidas pela Estratégia Nacional de Defesa

⁵ Conforme preconizado na DMN, o Poder Nacional é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a vontade nacional. Desse modo, o Poder Nacional se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica (BRASIL, 2017).

⁶ A DMN expressa que o Poder Marítimo é definido como a projeção do Poder Nacional, oriunda da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando a conquista e a manutenção dos objetivos nacionais (BRASIL, 2017).

⁷ De acordo com a DMN, a PND é o documento de mais alto nível do Estado brasileiro em questões de

(END⁸). O Poder Naval compreende os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; as infraestruturas de apoio; e as estruturas de comando e controle, de logística e administrativa. As forças e os meios de apoio não orgânicos da MB, quando vinculados ao cumprimento da missão da Marinha e submetidos a algum tipo de orientação, comando ou controle de autoridade naval, serão considerados integrantes do Poder Naval (BRASIL, 2017, p. 1-5).

Pode-se, assim, considerar que o Poder Naval se constitui no “braço armado” do Poder Marítimo de um Estado.

Ao observar o que cita a obra *Seapower - A Guide for the 21st Century*⁹, de Geoffrey Till (2013 *apud* CABRAL; BAHIA, 2017), entende-se que o Poder Naval é a parte militar do Poder Marítimo de um Estado, e que o mesmo contribui de forma efetiva para a consolidação dos demais elementos componentes do poder marítimo.

Ainda de acordo com a DMN (2017), o Poder Naval deve buscar alcançar e desenvolver as seguintes características: versatilidade, flexibilidade, mobilidade e permanência. A versatilidade se traduz na capacidade de alterar a postura militar do meio naval no contexto operativo. A flexibilidade, por sua vez, diz respeito à capacidade do meio naval em integrar diferentes grupamentos operativos, de acordo com a missão atribuída. Já a mobilidade está ligada à capacidade de realizar deslocamentos por grandes distâncias, mantendo-se elevados os níveis de prontidão e emprego. Por fim, a permanência indica a capacidade de operar, de forma contínua, com autonomia e por longos períodos, em áreas marítimas distantes (BRASIL, 2017).

2.1.2 Crise

De acordo com Pinto (1989), uma crise é representada por uma instabilidade no momento em que um Estado ou grupo de Estados passam a ter seus interesses nacionais

defesa, e é baseado nos princípios constitucionais, e alinhado às aspirações e aos objetivos nacionais fundamentais, que consolidam os posicionamentos do Estado brasileiro e estabelecem os objetivos mais elevados neste tema. A PND também é definida como política de Estado essencialmente dirigida às ameaças externas, e que tem por finalidade fixar os objetivos para a defesa da Nação e, também, orientar o preparo e o emprego do Poder Nacional, com o envolvimento dos segmentos civil e militar (BRASIL, 2017).

⁸ A END se traduz no conjunto de opções e diretrizes governamentais que norteiam a nação quanto à utilização dos meios de que possui para superar as ameaças aos seus objetivos (BRASIL, 2017).

⁹ TILL, GEOFFREY. *Seapower: a guide for the 21st century*. 3ed. London: Routledge, 2013.

afetados por ações desenvolvidas por outros Estados ou grupos de Estados, ou até mesmo por instabilidades causadas por agentes internos. Adicionalmente, na ocorrência de uma crise busca-se o apaziguamento por meio de esforços desenvolvidos pelo nível político (PINTO, 1989).

Além disso, o Glossário das Forças Armadas, publicado pelo Ministério da Defesa do Brasil em 2015, expressa que uma crise constitui uma considerável tensão entre os litigantes, sendo ocasionada por acontecimentos internos ou externos ao ambiente em questão. E, caso não seja contornada ou sanada, a crise ainda pode levar ao enfrentamento entre as partes envolvidas. Nesse sentido, a noção de crise também pode ser entendida como a situação estabelecida logo após a quebra do equilíbrio existente entre os integrantes de um sistema, caracterizando-se por um estado de elevado nível de tensão, com a possibilidade de escalada do risco de uma guerra, onde não se visualizam com facilidade os desdobramentos futuros da situação em curso (BRASIL, 2015).

No contexto da evolução do significado do termo “crise”, a DMN conceitua uma crise político-estratégica (cuja denominação é, aqui, simplificada para “crise”) como sendo um tipo de crise entre Estados, que começa imediatamente após a perda do equilíbrio existente entre os partícipes de um litígio. Tal situação pode evoluir, imediatamente após se esgotarem as possibilidades de solução das divergências, para uma fase de maior tensão, havendo assim, a chance de escalada da crise, que pode resultar no início de um conflito armado (BRASIL, 2017).

Em relação ao conceito de manobra de crise, no Brasil, a DMN expressa que o seu objetivo é possibilitar obter a paz mais vantajosa que for possível alcançar. Tratam-se de procedimentos adotados pela expressão política do Poder Nacional, de forma a conduzir e estabilizar uma crise, evitando que a mesma evolua para um conflito armado ou para uma guerra. Compreende-se assim, que o desencadeamento proposital de uma situação de tensão

pode eventualmente visar objetivos políticos ou estratégicos, nem sempre expressamente declarados, por meio da imposição do risco de uma guerra iminente (BRASIL, 2017). Assim, num contexto de maior reflexão, caso fosse possível estabelecer um segmento de reta, com a paz e a guerra ocupando cada uma das extremidades desse segmento, seria possível afirmar que a crise estaria localizada em algum ponto desse segmento de reta, entre esses extremos. Isso porque os limites entre a paz e a crise, e entre a crise e a guerra não são bem definidos, se apresentando como limites difusos.

É importante também ressaltar que uma crise não é uma guerra, uma vez que na crise não se admitem, e não se empregam atos extremos e deliberados de violência para se chegar a um acordo. Por outro lado, também não é possível considerar uma crise como uma situação de paz, pois, num ambiente pacífico, o acordo entre os oponentes são firmados por meio de negociações sem qualquer tipo de coação ou ato violento. Em situações de crises, o consenso internacional admite o emprego da ameaça, e até mesmo de atos violentos isolados de baixa intensidade. A atrição e a intimidação são métodos tolerados para a obtenção de um acordo entre as partes (BRASIL, 2002).

Depreende-se dessa maneira, que as crises apresentam determinadas peculiaridades: carência de informações essenciais; necessidade de tomada de decisões sob elevada tensão; pressão do tempo; consequências da influência da opinião pública nacional e da comunidade internacional; percepção da possibilidade de que a referida crise se desdobre em um curto espaço de tempo numa guerra; e o entendimento de que as ações e as ameaças que o oponente executa podem não somente comprometer os interesses nacionais, como também, comprometer a capacidade do nível político desse Estado em se manter no poder (BRASIL, 2002 *apud* LEITE, 2018).

2.1.3 Conflito

O conflito é um fenômeno social decorrente da colisão de vontades, onde por meio da qual se busca a solução a um impasse. Também pode ser entendido como um enfrentamento, com predisposição à luta, entre nações, grupos ou pessoas, com o objetivo de obter ou manter interesses. No conflito, as ações a executar, e os meios a serem utilizados dependerão das capacidades relativas dos oponentes, e da importância atribuída à causa em questão (BRASIL, 2015).

Outra definição formulada pelo francês Freund (1995), assim diz:

O conflito consiste em um confronto por choque intencional, entre dois seres ou grupo da mesma espécie que se manifestam um em relação aos outros, uma intenção hostil, em geral a propósito de um direito, e que para manter, afirmar ou restaurar o direito tentam romper a resistência do adversário, por vezes, por meio do uso de violência, que pode, caso necessário, levar à aniquilação física do outro (FREUND, 1995, p.58, tradução nossa)¹⁰.

Na esteira desse entendimento, o nível de tensão no conflito pode evoluir de forma gradativa, passando da paz, para a crise, e da crise para o conflito armado ou guerra (BRASIL, 2017). Cabe salientar que na situação de paz prevalecem as negociações, e na situação de crise, por sua vez, a força passa a ser empregada de forma seletiva como instrumento de convencer o adversário à negociação.

É importante destacar que a diferença entre as expressões guerra e conflito armado está baseada na concepção jurídica dos referidos termos, na qual a guerra entre Estados, de acordo com leis e costumes internacionais, está condicionada ao cumprimento de requisitos, tais como: o estabelecimento de declaração formal de guerra, e o respeito à neutralidade dos países. Uma vez que atualmente as guerras têm ocorrido sem atender a esses requisitos, a expressão guerra vê-se limitada em seu emprego (BRASIL, 2017).

Ao finalizar a discussão sobre os conceitos até aqui apresentados, na próxima

¹⁰ No original, em espanhol: “El conflicto consiste en un enfrentamiento por choque intencionado, entre dos seres o grupo de la misma especie que manifiestan, los unos respecto a los otros, una intención hostil, en general a propósito de un derecho, y que, para mantener, afirmar o restablecer el derecho, tratan de romper la resistencia del otro eventualmente por el recurso a la violencia, la que puede, llegado el caso, tender al aniquilamiento físico del otro.”

subseção inicia-se a abordagem sobre a teoria de Pinto (1989), sobre emprego do Poder Naval em situação de crise.

2.2 Formas de emprego do Poder Naval sob a ótica de Paulo Lafayette Pinto

Pinto (1989) acredita que o Poder Naval de um Estado se apresenta como um importante instrumento de solução de crises, uma vez que o mesmo tem a possibilidade de projetar poder, sem a necessidade de consumir a violência ou violar a soberania do outro Estado. Essa ideia se baseia no fato do Poder Naval conseguir realizar ameaça sob controle, ou seja, ir adiante ou retroceder, conforme a situação se desenvolva. Além disso, Pinto também afirma ser importante ressaltar que o Poder Naval de um Estado não se destaca apenas em tempo de crise, mas também em tempo de paz, quando é empregado para apoiar a política, e obter prestígio nacional junto a outros Estados (PINTO, 1989).

Pinto destaca que em situação de crise, o Poder Naval pode ser aplicado sob a forma de três tipos de Forças Navais: Força Potencial, Força de Apoio e Força de Intervenção, sendo esta última dividida ainda em Bloqueadora, Definidora, Punitiva e Restauradora (PINTO, 1989).

Quadro 1 - Tipos e modalidades de forças navais

TIPO	MODALIDADE
Força Potencial	-
Força de Apoio	-
Força de Intervenção	Bloqueadora
	Definidora
	Punitiva
	Restauradora

Fonte: PINTO, 1989, p.26.

Após realizada essa exposição, a seguir este estudo se dedica a discorrer sobre as características de cada uma dessas Forças, quais sejam: a Força Potencial, a Força de Apoio e a Força de Intervenção. Além disso, nas próximas páginas, também são destacados, os

objetivos que se buscam a partir do emprego de cada uma delas.

A Força Potencial ocorre quando uma Força Naval se faz presente numa determinada área marítima, não desenvolvendo qualquer atividade que possa prejudicar diretamente o partido oponente. O emprego desse dispositivo geralmente tem como objetivo convencer o adversário a não contrariar os interesses nacionais daquele que a utiliza. Nesse caso, a ação é indireta, ou seja, não há execução de atos violentos. Por meio de sua presença na área, a Força Potencial traduz o interesse político de um Estado em determinado litígio, atuando como um símbolo de seu Poder Nacional (PINTO, 1989). Nesse mesmo diapasão, Vidigal (2018) concorda com as atribuições da Força Potencial postuladas por Lafayette e, desse modo, também ressalta que a mesma pode ser aplicada frente a um ou mais partidos de forma concomitante. Ainda de acordo com Pinto (1989), em 1963, no evento que ficou conhecido como “A Crise da Lagosta”, o governo brasileiro se utilizou do emprego da Força Potencial, ao posicionar três contratorpedeiros próximos ao contratorpedeiro Francês Tartu que ameaçava a soberania do Brasil em regiões pesqueiras do litoral brasileiro.

A Força de Apoio, por sua vez, tem como objetivo prestar auxílio a um dos partidos engajados na crise estabelecida. Nessa composição, a Força Naval ainda não executa ações diretas de violência. Entretanto, o nível de pressão e ameaça é substancialmente maior do que o existente em relação à Força de Presença. Portanto, o desdobramento da Força Naval em Força de Apoio constitui-se em um posicionamento praticamente irreversível em relação aos partícipes da crise. Dessa maneira, ao optar pelo estabelecimento da Força de Apoio, entende-se, em princípio, que o Estado está ciente do seu envolvimento direto no conflito, e que pode sofrer ou ter que executar ações violentas contra o seu oponente (PINTO, 1989). Corroborando esse entendimento, Vidigal (2018) afirma que uma Força de Apoio tem por objetivo apoiar um aliado, contra a ação de ameaças internas ou externas no contexto considerado. Como exemplo do emprego de uma Força de Apoio, Pinto (1989) cita que em

1961, o governo do Iraque anunciou que considerava o Kuwait parte integrante de seu território. Diante do pedido de apoio do Kuwait, o governo britânico decidiu prestar ajuda por meio do transporte e desembarque de carros de combate e soldados no território do Kuwait, além de posicionar e manter uma força naval próxima ao local das hostilidades.

A Força de Intervenção se constitui num recurso extremo do qual o nível político de um Estado pode fazer uso para solucionar uma crise. Essa Força constitui-se no emprego de ações militares diretamente sobre o oponente de forma a submetê-lo à vontade política de quem a aplica. Trata-se, assim, de um ato violento, de agressão que é, na maioria dos casos, irreversível, podendo expandir-se e transformar-se em uma guerra com consequências incalculáveis. Avalia-se, portanto, que enquanto numa Força Potencial a ação visa à prevenção de um conflito, na Força de Intervenção há um caráter corretivo ou impositivo da vontade (PINTO, 1989).

Ainda segundo Pinto, nas situações de intervenção existe a preocupação de delimitar a área do conflito, de modo a não criar situações que culminem com a entrada de novos participantes na crise estabelecida. Nessa situação, o nível político do Estado que realiza a ação militar de intervenção busca o respaldo da opinião pública nacional, de modo a não sofrer resistências internas a essa intervenção. Consequentemente, o nível de violência praticada passa a ser dosado e controlado, a fim de não inflar demasiadamente a resistência do oponente. Estas considerações foram cuidadosamente observadas pelo governo britânico por ocasião da Guerra das Malvinas em 1982, quando foi estabelecida uma zona de exclusão, restringindo a área do conflito e, por conseguinte focando no objetivo político. Nessa ocasião, também foi observada uma limitação do nível de violência aplicada, de forma a não inflar o moral e a capacidade de resistência do Estado Argentino (PINTO, 1989).

Como já relatado anteriormente, Pinto (1989) afirma que a Força de Intervenção possui ainda quatro desdobramentos ou modalidades distintas: a Força Bloqueadora, a Força

Definidora, a Força Restauradora e a Força Punitiva. Assim, a seguir, são expostas as características acerca de cada um desses desdobramentos.

A Força Bloqueadora tem como propósito impor a política de um Estado sobre o outro, por meio do isolamento do Estado bloqueado. Há dois tipos de bloqueio, o bloqueio naval, e o bloqueio comercial. No bloqueio naval, o objetivo é impedir que as forças navais do adversário tenham acesso a determinada área marítima, ou forçar o oponente a aceitar um combate direto no mar, ainda que o mesmo seja o mais fraco. Já no caso do bloqueio comercial, o tráfego de navios mercantes passa a sofrer ameaças de ataque pelas forças navais oponentes. Um intenso bloqueio comercial, por seu turno, pode levar um Estado à exaustão, impondo-lhe situações econômicas caóticas, falta de alimentos e grave instabilidade social interna. Dada a seriedade dos seus efeitos, em qualquer dos tipos de bloqueio existentes, sempre deverá haver autorização expressa do poder político do Estado que o impõe (PINTO, 1989).

Quanto ao número de meios, um bloqueio exige uma força naval de porte considerável, constituída de navios e aeronaves. Caso não sejam utilizadas aeronaves, o número de navios deverá ser relativamente elevado (PINTO, 1989).

Cabe ressaltar que a DMN do Brasil define uma operação de bloqueio da seguinte forma:

No contexto naval e de acordo com o Direito Internacional, a operação de bloqueio tem por finalidade evitar que navios de todos os Estados, inimigos e neutros, entrem ou saiam de específicos portos e áreas costeiras pertencentes, ocupadas, ou sob controle de um Estado inimigo. O propósito é negar o uso de navios, inimigos e neutros, assim como de transportar pessoal e material para o território inimigo. Enquanto o direito beligerante de visita e inspeção visa interditar o fluxo de contrabando, o direito do bloqueio tem como propósito impedir que navios, independentemente de suas cargas, cruzem uma barreira, estabelecida e tornada pública, que separa o inimigo de águas internacionais (BRASIL, 2017, p. 3-10).

Ainda, em conformidade com o Direito Internacional, para ser válido e reconhecido perante a comunidade internacional, um bloqueio deve atender aos seguintes critérios: Estabelecimento (deve ser formalmente declarado pelo governo de um Estado);

Eficácia (deve ser eficaz, ou seja, quem decreta o bloqueio deve efetivamente possuir meios para executá-lo); Notificação (o Estado que realiza o bloqueio deve notificar todos os Estados afetados pelo bloqueio); Imparcialidade (deve ser válido para todos os navios, de todos os Estados, sem qualquer discriminação); e Limitação (não deve afetar países neutros que não estejam transportando material ou pessoal na área considerada) (BRASIL, 2017).

Dentre as quatro modalidades de uma Força de Intervenção, existe uma que se dedica à tentativa de definir ou resolver a crise, a qual é denominada de Força Definidora. O estabelecimento da referida força exige uma superioridade relativa de poder bélico, de modo a minimizar uma eventual reação vitoriosa do oponente, devendo também possuir poder dissuasório suficiente para desestimular possíveis interferências de forças navais de outros Estados em prol do Estado oponente. Quando não há superioridade, a utilização da Força Definidora exige cautela, pois o seu emprego pode desencadear a escalada da crise, devendo tal emprego estar apoiado em razões suficientemente fortes que realmente justifiquem os riscos a serem enfrentados (PINTO, 1989).

Por vezes, o estabelecimento de uma Força Potencial é mais eficaz do que o uso de uma Força de Intervenção. Isso porque a primeira não corre os mesmos riscos da segunda, principalmente por não revelar as suas reais capacidades, que podem estar sendo estimadas de forma excessiva pelo oponente, nem tampouco se compromete com um engajamento irreversível e suas consequências, assim como ocorre com a Força de Intervenção. Pinto (1989) avalia que na Guerra das Malvinas, a Argentina pode ter se precipitado ao fazer uso de uma Força Definidora logo no início do conflito, e acredita que primeiramente deveria ter sido utilizada uma Força Potencial acompanhada de negociações no campo diplomático. Destarte, o emprego da Força Definidora deve ser adotado como última alternativa à resolução de uma crise, tendo em vista os elevados e irreversíveis riscos de escalada da violência. Além disso, para solucionar uma crise, é aconselhável iniciar com ações indiretas e dissuasórias, sem o

uso da força, e somente depois, caso as ações iniciais não produzam os efeitos desejados, utilizar-se de ações diretas e coercitivas (PINTO, 1989).

A terceira modalidade da Força de Intervenção é denominada de Força Punitiva. Normalmente é empregada na imposição de um castigo ou punição pelo Estado detentor da força superior contra os Estados de força inferior. Nesse caso, não existe o propósito de dissuadir ou coagir, mas apenas o objetivo de intimidar. Normalmente, tal utilização não visa obter ganhos políticos ou vantagens, mas sim de consolidar e manter o prestígio político do próprio Estado, e deixar claro que não se admitirá que determinadas ações executadas pelo oponente voltem a se repetir. Assim, o efeito de uma ação punitiva também serve para alertar outros Estados que não estão envolvidos diretamente na crise, quanto aos riscos de executarem ações contrárias ao Estado que as aplica. Em verdade, a força punitiva não possui a necessidade de demonstrar poder e supremacia, nem alcançar a dissuasão ou coação, mas necessita ao menos executar com sucesso uma ação violenta contra determinado alvo, podendo retirar-se logo em seguida. Tal ação, por vezes, também tem o propósito de dar uma satisfação à população do Estado que a executa, mediante uma agressão executada pelo oponente, o que, de certa forma, pode gerar um aumento da aprovação do poder político junto à opinião pública nacional desse Estado (PINTO, 1989).

O emprego e a utilização da Força Restauradora, quarta e última modalidade de emprego de uma Força de Intervenção, visa objetivamente restabelecer a ordem política anteriormente vigente no Estado alvo dessa ação. Normalmente, o governo de posto possui alguma aliança, mesmo que tácita, com o Estado da referida força, ou, a nova situação política representa ameaças aos interesses do Estado que a impõe, ou de seus aliados na região. Não há por parte da Força Restauradora a intenção de conquista, e sim, o objetivo de neutralizar as forças antagônicas fazendo com que as forças simpatizantes reassumam ou permaneçam no controle político do Estado. A Força Restauradora é uma força naval que desempenha função

muito peculiar, pois não possui a finalidade de dissuasão ou coerção, e normalmente desempenha tarefas afetas ao transporte e ao desembarque do pessoal e material, restando aos contingentes militares, que são desembarcados em terra, a tarefa de restabelecer a ordem política anterior. Essa força deve agir com precisão, para que durante as ações não sejam causados danos aos civis não combatentes (PINTO, 1989).

Uma Força Restauradora que realiza um bombardeio sobre uma cidade, para desalojar ou destruir o grupo inimigo, corre significativos riscos de ter sua reputação e legitimidade abaladas perante os demais países no cenário internacional. Além da precisão, esse tipo de força também deve agir com movimentos eficazes e de curta duração, de forma a evitar a reação interna do Estado alvo, e até mesmo evitar a entrada de outros países na crise. O referido emprego será sempre considerado uma das formas do poder político de um Estado conter dentro de sua área de interesse, a expansão do partido adversário. Não se deve acreditar que os Estados mais fortes assistam passivamente às mudanças radicais em governos de Estados pertencentes às suas esferas de influência. Nesse contexto, considera-se também que a utilização de uma Força Restauradora não é exclusividade de Estados mais fortes ou superpotências, pois, um Estado de poder mediano, dentro de sua esfera de influência, por vezes, até mesmo uma influência local ou regional, também pode fazer uso de tal instrumento, caso os seus interesses, ou de seus aliados sejam ameaçados. À título de exemplo, dois eventos podem ser enquadrados como emprego de Força Restauradora. O primeiro ocorreu em 1965, quando um contingente de fuzileiros navais foi desembarcado por uma força naval americana na República Dominicana, com vistas a impedir que um grupo político simpatizante a Fidel Castro passasse a governar aquele país. O segundo caso ocorreu em 1983, quando fuzileiros navais e paraquedistas norte-americanos desembarcaram em Granada, a fim de neutralizar um grupo político de ideologia comunista que ameaçava o poder político daquele Estado, até então aliado dos estadunidenses (PINTO, 1989).

No contexto do assunto que ora se discute, é importante ressaltar que Vidigal (2018) afirmava que a eficiência do emprego do Poder Naval numa situação de crise não depende apenas de fatores pertencentes ao campo militar, pois os resultados das ações empreendidas serão afetados também pela forma como os outros partidos enxergam a ocorrência. Isso porque, na análise de qualquer situação, há de se considerar as seguintes variáveis: o nível de determinação de cada partido em defender a sua posição e a maneira como os outros partidos visualizam essa determinação; a importância auferida à questão pelos outros partidos não envolvidos diretamente no litígio; o ambiente psicológico no qual estão inseridos os líderes e o povo de todos os partidos envolvidos; os valores em jogo, e os seus confrontos com os riscos envolvidos; e a reação prevista da opinião pública internacional frente às ações que serão executadas. Cabe destacar que nenhuma dessas variáveis atua de forma independente no processo em questão. Somente com uma análise criteriosa pode-se compreender a situação e seus possíveis desdobramentos (VIDIGAL, 2018).

Ainda na esteira desse conhecimento, Vidigal (2018) relata que se deve buscar o entendimento da diferença do valor real da força empregada frente ao valor efetivamente percebido pelo oponente. Assim, o referido autor destaca a importância de que o Estado não realize a preparação e aprestamento de sua Força Naval apenas de forma aparente, devendo a mesma ser realmente desenvolvida e preparada para o combate real, uma vez que a sua eficiência como instrumento político, depende sobretudo, de sua credibilidade como instrumento de imposição da força. Como exemplo, Vidigal (2018) cita o período que antecedeu a IIGM, no qual a Itália apresentava-se como detentora de um imponente Poder Naval, porém, logo depois, ficou claro que a sua eficiência era apenas aparente, uma vez que não houve resultados satisfatórios por ocasião de sua utilização durante a IIGM. A deficiência de comunicações, a falta de adestramento e a motivação da tripulação, constituíram algumas das fraquezas das forças navais italianas que não foram percebidas pelas demais potências

antes da guerra (VIDIGAL, 2018).

2.3 Teoria do conflito de Thomas Schelling

De acordo com AYSON (2004, p.13 *apud* Scholz, 2014), o economista norte-americano Thomas Crombie Schelling nasceu na Califórnia, em 14 de abril de 1921, e faleceu em 13 de dezembro de 2016. Graduou-se em Economia, em 1943, na Universidade da Califórnia, Berkeley. Esta formação acadêmica lhe possibilitou estudar problemas ligados à estratégia nuclear, à dissuasão nuclear, ao gerenciamento de crises, à guerra limitada e à coerção. Thomas Schelling também foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia no ano de 2005, por ocasião da publicação em 1960, do livro “*The strategy of conflict*”, que se colocou de imediato como um clássico, contribuindo destarte para uma melhor compreensão sobre a dinâmica dos conflitos.

Adiciona-se a esta pesquisa que Thomas Schelling deduziu que as partes antagônicas de um conflito se comportariam de forma racional (SCHOLZ, 2014).

Em sua obra¹¹, Schelling (1960 *apud* COUTEAU-BÉGARIE, 2006) formulou duas ideias fundamentais a saber:

a) Em qualquer situação conflituosa sempre existe o interesse mútuo de cooperação entre as partes oponentes, mesmo que essa cooperação, seja limitada a evitar a destruição mútua; e

b) Na maioria das situações de conflito há a necessidade primordial de dar ciência das reais intenções ao adversário. A coação e a ameaça perfazem um tipo de comunicação entre as partes oponentes (COUTEAU-BÉGARIE, 2006, p.81, tradução nossa)¹².

Por fim, se reveste de importância ressaltar que no presente trabalho não se

¹¹ SCHELLING, Thomas C. *The strategy of conflict*. Nova Iorque: A Galaxy Book, 1963.

¹² No original, em francês: “1. Il y a toujours une marge d'intérêt commun quelle que soit la situation conflictuelle, même si cette coopération se limite en fin de compte à parer au risqué de destruction mutuelle. 2. Dans la plupart des situations conflictuelles, il existe “un besoin fondamental de faire connaître ses intentions à l'adversaire”. La menace, la contrainte sont, finalement, une sorte de communication.” (COUTEAU-BÉGARIE, 2006, p.81).

pretende realizar a análise dos modelos lógicos da Teoria dos Jogos, entretanto, é útil dizer que o trabalho de Thomas Schelling se apoia na pesquisa de escolhas ou alternativas racionais que trazem os resultados mais vantajosos para ambas as partes.

Com vistas à compreensão acerca do caso concreto selecionado, no próximo capítulo será realizada a abordagem da Crise dos Mísseis Cubana (1962).

3 O CASO CONCRETO: CRISE DOS MÍSSEIS EM CUBA

O presente capítulo traz uma análise acerca da Crise dos Mísseis em Cuba (1962), a qual se constitui no fato histórico selecionado a nossa pesquisa. Para tal, na primeira subseção aborda-se o conceito do termo “dissuasão” e, a partir dele, busca-se apontar os aspectos considerados importantes para que a dissuasão seja imposta com efetividade.

Na segunda subseção apresenta-se o significado da expressão “Guerra Fria”, e também se busca estabelecer um entendimento sobre a quem recai a responsabilidades pela sua ocorrência.

Na terceira subseção, além de apresentar noções que dizem respeito às armas nucleares e a sua evolução ao longo do tempo, também objetiva-se alcançar uma explicação sobre o motivo pelo qual a Guerra Fria não culminou numa guerra nuclear.

Na quarta subseção, analisa-se de forma detalhada, a Crise dos Mísseis em Cuba, correlacionando os antecedentes históricos, com os treze dias da crise, onde EUA e URSS se confrontaram de forma perigosa.

Por fim, na quinta e última seção é apresentada uma conclusão parcial dos assuntos tratados no corrente capítulo.

3.1 A Dissuasão

No Brasil, a DMN (2017, anexo A, pag. 11) define o termo dissuasão como sendo uma atitude estratégica que tem por objetivo desencorajar os oponentes reais ou potenciais de qualquer intenção de executar atos de hostilidades, utilizando-se de meios de qualquer natureza, incluindo-se nesse contexto os meios militares.

Vidigal (2018) explica que a dissuasão ocorre quando se empreende alguma ação no sentido de desencorajar a realização de atos contrários a si próprio, ou a seus aliados. Entretanto, se a ação objetiva impor a outro partido uma determinada linha de ação, o campo

passa a ser o da coação ou coerção, sendo que nesse caso, em geral, há a ameaça de que ocorra uma punição.

Para Nye (2002), a dissuasão nuclear se constitui em uma subdivisão da dissuasão geral, e esse conceito nos remete ao raciocínio de que se o indivíduo X optar por atacar o indivíduo Y, o indivíduo Y pode até não possuir a capacidade de impedir a agressão do indivíduo X, porém, o indivíduo Y revidará de maneira tão enérgica e contundente que o indivíduo X preferirá não desferir o ataque inicial.

Importante ressaltar o entendimento de Raymond Aron (2002), ao defender que o êxito da dissuasão depende de três fatores:

a) psicológico (o dissuadido deve acreditar que a ameaça será realmente executada);

b) técnico (quem dissuade realmente deve ter os meios necessários para executar a ameaça com êxito); e

c) político (o Estado que sofre a dissuasão faz a comparação entre as vantagens e desvantagens existentes no contexto político, para o caso de realizar ou não, o primeiro ataque ao Estado oponente).

Em uma linha semelhante, Nye (2002) relata que a dissuasão exige ao Estado que a impõe:

a) real capacidade de empreender a reação e causar os danos anunciados ao oponente; e

b) credibilidade de que realmente as armas serão utilizadas.

Em outras palavras, Nye (2002) diz que, por vezes, um Estado possui os meios e armas necessárias, porém não há expectativas de que ele realmente os utilizará contra o oponente. Como exemplo dessa situação, o autor cita que se, hipoteticamente, os EUA tivessem ameaçado a URSS de atacar Moscou com armas nucleares em 1980, caso os

soviéticos não retirassem suas tropas do Afeganistão, tal ameaça seria considerada inócua e sem credibilidade. Essa ameaça adquiriria esse *status* mesmo sabendo que os EUA possuíam os meios necessários para execução do referido ataque, pois haveria um consenso entre os soviéticos de que os EUA não correriam os riscos de iniciar uma guerra nuclear pelo motivo descrito.

Em uma situação contrária, já no período da Guerra Fria, os EUA ameaçaram retaliar a URSS com uso de armas nucleares, caso os soviéticos atacassem os países da OTAN da Europa Ocidental. Nesse caso, verifica-se que realmente havia um aparente temor por parte dos soviéticos, de que um ataque aos referidos países ensejariam uma vigorosa resposta dos EUA. Havia, nesse caso, a credibilidade necessária a uma dissuasão efetiva.

Assim, é possível concluir que o conceito de dissuasão está ligado às ações que um partido pode adotar contra o partido oposto, com a finalidade de conter ou reprimir uma eventual ação contrária. Entendemos ainda que além de possuir os meios adequados para dar uma resposta contundente ao ataque inimigo, é de fundamental importância que não haja dúvidas quanto à possibilidade de que tal reação realmente ocorrerá. Assim, cabe apontar, que uma vez discutido e definido o conceito do termo dissuasão, o próximo tópico se dedica a trazer um breve estudo sobre o conceito da Guerra Fria.

3.2 A Guerra Fria

A expressão “Guerra Fria” passou a ser empregada por volta de 1947 para denominar a situação de uma guerra não declarada entre os EUA e URSS. Entretanto, faz-se necessário destacar que, já no século XIV, durante o período das cruzadas¹³, o referido termo

¹³ As Cruzadas eram tropas de militares cristãos enviadas à Terra Santa com a finalidade de mantê-la sob o domínio cristão. Disponível em: < <https://www.suapesquisa.com/historia/cruzadas/>>. Acessado em: 21 jun. 2018.

já havia sido utilizado para designar o conflito entre muçulmanos e cristãos, e posteriormente, ao final do século XIX, para denominar as tensões existentes entre as grandes potências no período que precedeu a Primeira Guerra Mundial (IGM) (SILVA, 2004).

A Guerra Fria entre EUA e URSS teve início logo após o término da IIGM e durou aproximadamente quatro décadas, de 1947 a 1989, tendo sido os anos compreendidos entre 1947 a 1952, considerados o seu auge, haja vista a significativa falta de diálogo e negociação entre os estadunidenses e soviéticos. Foi considerada encerrada em 1989 com a queda do Muro de Berlim¹⁴. Ressalta-se que a Guerra Fria tornou-se excepcional na medida em que ocorreu num período de tensão prolongada que não culminou numa guerra (NYE, 2002).

Devido a sua trajetória peculiar, a Guerra Fria apresentou um prisma único acerca das relações internacionais, ao ter revelado como política externa entre os Estados, a existência das opções da dissuasão e da contenção. Nesse cenário a dissuasão esteve ligada ao ato de desencorajar por meio do medo do que o oponente possa fazer. A contenção, por sua vez, referia-se a uma política específica dos EUA, em impedir o avanço do comunismo soviético no mundo. É necessário ressaltar que os EUA, durante a Guerra Fria, oscilaram entre uma política expansionista de contenção do comunismo, e uma limitada política de contenção da própria União Soviética (NYE, 2002).

É importante ressaltar que no plano interno desses Estados, a Guerra Fria foi apresentada como justificativa para a repressão e o controle de suas populações em ambos os lados (SILVA, 2004).

Assim, define-se a Guerra Fria como sendo um período de grande tensão entre EUA e URSS, iniciado logo após a IIGM, e tendo sido considerado encerrado, por vários

¹⁴ O Muro de Berlim foi uma barreira física construída na década de 60 pelos soviéticos e tinha por finalidade separar a porção oriental da porção ocidental da Alemanha. Esse evento simbolizou a divisão do mundo entre o socialismo (URSS) e o capitalismo (EUA). O muro era patrulado por sentinelas soviéticos que tinham ordem de atirar em quem tentasse ultrapassar para o lado capitalista

analistas, em 1989, com a queda do Muro de Berlim.

Uma vez já compreendido o conceito da expressão “Guerra Fria”, cabe, agora, iniciar a discussão com vista a determinar, a quem se pode imputar a responsabilidade pelo seu início.

Logo após a IIGM, em abril de 1945, com a morte do presidente norte-americano Roosevelt¹⁵, e a posse de Truman¹⁶, ocorre uma perceptível alteração na condução do relacionamento entre EUA e URSS. Em 1947, foi anunciada a Doutrina Truman¹⁷, e, em 1948, o Plano Marshall¹⁸, sendo este segundo, visto segundo alguns analistas, como uma tentativa de colocar a Europa em posição de submissão aos interesses dos EUA (SILVA, 2004). Além disso, Joseph Stalin¹⁹, à época líder da URSS, considerou o Plano Marshall um aríete econômico com vistas a destruir a resistência soviética no Leste Europeu (NYE, 2002).

Durante esse período, os EUA e a URSS travaram duelos com diferentes ambições político-estratégicas. Se por um lado, a Guerra Fria intensificou a animosidade em escala planetária, de outro, ela produziu, após a fase inicial, certa estabilidade mundial. Além disso, apesar das duas nações frequentemente terem se enfrentado por meio de declarações inflamadas de seus líderes políticos, e de uma corrida armamentista sem precedentes, é inegável que a Guerra Fria também tenha impedido que guerras regionais e localizadas ocorridas no período, escapassem ao controle, e se transformassem em guerras de proporções mundiais (SILVA, 2004).

Há décadas ocorrem debates entre políticos e acadêmicos no sentido de determinar quem ou qual Estado deu origem à Guerra Fria entre os EUA e URSS. E, na

¹⁵ Franklin Delano Roosevelt foi o 32º Presidente dos Estados Unidos de 1933 até sua morte, em 1945.

¹⁶ Harry S. Truman foi o 33º presidente dos Estados Unidos (1945 a 1953).

¹⁷ A Doutrina Truman corresponde ao conjunto de ações econômicas, diplomáticas e militares de alcance global realizadas pelos EUA a partir de 1947. O intuito era impedir a proliferação do comunismo e garantir o pleno funcionamento do capitalismo mundial diante das manobras da política soviética. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/doutrina-truman/>>. Acessado em: 21 jun. 2018.

¹⁸ O Plano Marshall foi um programa de auxílio humanitário oferecido pelos EUA aos Estados europeus após a IIGM que permaneceu ativo de 1948 até 1951. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/plano-marshall/>>. Acessado em: 21 jun. 2018.

¹⁹ Josef V. Stalin foi o Chefe de Estado da URSS e líder do Partido Comunista Soviético no período de 1922 a 1953. Em 1953, após a sua morte, foi sucedido por Nikita Khrushchov.

tentativa de responder a esse questionamento, diversas escolas foram estruturadas. Entretanto, com a finalidade de atingir o objetivo a que se propõe essa pesquisa, optou-se por explorar as três escolas mais difundidas no ambiente acadêmico: os tradicionalistas, os revisionistas e os pós-revisionistas.

Os tradicionalistas afirmaram que a responsável pelo início da Guerra Fria foi a própria URSS, uma vez que após a IIGM, os soviéticos adotaram uma postura diplomática agressiva frente à postura defensiva da diplomacia americana. Segundo essa corrente, os EUA apenas reagiram à natureza ameaçadora da URSS. Nessa linha de análise foram apresentadas como provas das referidas afirmações, o fato de após a IIGM, os EUA tenham defendido o estabelecimento de uma ordem mundial de segurança, por meio das Nações Unidas, enquanto que os soviéticos mantiveram seus exércitos ocupando diversos territórios do Leste Europeu, além de realizar pressões políticas em determinados países da região, a exemplo da Polônia, com o objetivo de estabelecer e consolidar governos alinhados com o sistema comunista (NYE, 2002).

Na linha contrária, os revisionistas defenderam que a Guerra Fria ocorreu devido ao movimento expansionista dos EUA e não da URSS. Para tanto, afirmaram que os EUA chegaram ao fim da guerra com pleno domínio do processo de produção de armas nucleares, e com uma forte e desenvolvida economia. Já a União Soviética, que até então não possuía armas nucleares, estava debilitada com a morte de 30 milhões de pessoas, e encontrava-se com sua capacidade industrial reduzida para cerca de 50% do que era antes da guerra. E para exemplificar que a URSS não adotou uma postura agressiva após a guerra, os revisionistas sustentam que Stalin apresentava um comportamento moderado no período inicial do pós-guerra, ao tentar impedir que os comunistas assumissem o poder na China e na Grécia, além de não realizar oposição a governos não comunistas na Finlândia, *Checoslováquia*²⁰ e na Hungria (NYE, 2002).

²⁰ A Checoslováquia foi um país que existiu na Europa Central entre 1918 e 1992.

Os revisionistas ainda afirmaram que após a IIGM, os EUA tinham por objetivo eliminar a esfera de influência da URSS obtida por ocasião do conflito mundial. Segundo esse ponto de vista, as ações dos norte-americanos justificam pelo lado soviético, a corrida armamentista, o aumento dos orçamentos militares e a contraposição às forças de cunho liberal nos países capitalistas (SILVA, 2004).

Diferentemente dos dois posicionamentos anteriormente relatados, os pós-revisionistas forneceram outra explicação para a Guerra Fria, ao sustentarem que ninguém poderia ter sido responsabilizado pela sua ocorrência, ao passo que ela era praticamente inevitável, dada a estrutura bipolar do poder mundial do pós-guerra. Os pós-revisionistas também lembraram que em 1939 existiam diversas potências mundiais e um mundo multipolar, e que após a IIGM restaram apenas duas grandes potências, a URSS e os EUA. Assim, como consequência da guerra foi criado um vácuo de poder na Europa que atraiu as duas potências mundiais. Os pós-revisionistas complementam a sua argumentação ao expor que os EUA e a URSS possuíam tendências de expansão, não devido ao determinismo econômico, mas sim devido à necessidade de segurança dos Estados num sistema anárquico²¹. Essa estrutura bipolar então havia gerado uma espiral de hostilidades entre ambas às potências. Acrescenta-se que o clima ideológico intenso dificultou sobremaneira a comunicação entre os dois Estados envolvidos (NYE, 2002).

Do exposto, considerando a existência das diversas correntes, e os respectivos argumentos que tratam da atribuição da responsabilidade aos EUA ou a URSS pelo início da Guerra Fria, parece bastante razoável concluir que não é possível apontar um responsável direto pela sua ocorrência. Em um ambiente anárquico, assim como o Sistema Internacional é definido por Pecequillo (2012), não existe um Estado que possa impor leis aos demais Estados de forma a alcançar um perfeito equilíbrio de poder, e como a IIGM abriu um vácuo de poder

²¹ O Sistema internacional é local onde ocorrem as interações sociais entre os Estados. Sua característica básica é a anarquia, representada pela ausência de um governo ou leis que estabeleçam parâmetros regulatórios para as relações entre esses Estados (PECEQUILO, 1012).

na Europa, haja vista que as potências europeias estavam arruinadas, naturalmente esse espaço passou a ser disputado e ocupado pelas potências norte-americana e soviética. Assim, nessa pesquisa, acredita-se que a Guerra Fria se constituía num fenômeno com alta probabilidade de ocorrência.

Além disso, também parece bastante razoável concluir que a Guerra Fria funcionou como um dispositivo que impediu que as diversas guerras e conflitos regionais no período do pós-guerra até 1989, se transformassem em uma guerra de proporções e efeitos globais.

Dessa forma, conclui-se esta subseção, com a compreensão de que a Doutrina Truman e o Plano Marshall foram interpretados pelos soviéticos como tentativas norte-americanas de contenção ao avanço da influência socialista na Europa no período pós-guerra. Ademais, no que diz respeito à apuração sobre a responsabilidade pelo início da Guerra Fria, fica evidente a existência de três correntes principais: os tradicionalistas, que responsabilizam a URSS, os revisionistas, que culpam os EUA, e os pós-revisionistas, que afirmam que a Guerra Fria era praticamente inevitável, haja vista o vácuo de poder surgido na Europa, logo após o encerramento da IIGM. É o entendimento que a teoria formulada pelos pós-revisionistas se constitui como a mais aceitável no contexto considerado.

Dando continuidade ao desenvolvimento do capítulo ora em curso, na próxima subseção será iniciada uma breve discussão, com vistas a determinar as razões pelas quais a Guerra Fria não evoluiu para uma guerra nuclear.

3.3 A evolução e o Papel das Armas Nucleares

Após a discussão sobre a origem e responsabilidade acerca da Guerra Fria, agora faz-se o seguinte questionamento: por que a Guerra Fria não resultou em uma guerra nuclear? Em resposta a esse questionamento Nye (2002) apresenta as seguintes hipóteses:

a) EUA e URSS aprenderam as lições decorrentes da I e II Guerras Mundiais. O número de mortos e feridos, bem como a destruição ocasionados pelas duas guerras anteriores mostraram ao mundo a realidade de conflitos dessa magnitude;

b) a estabilidade oriunda da bipolaridade entre os dois Estados dominantes geraram um ambiente com certo controle, uma vez que a partir daquele momento, existiam basicamente duas potências mundiais;

c) os objetivos expansionistas dos Estados passaram a ser limitados após a IIGM;

d) apesar das hipóteses anteriormente descritas, para a maioria dos analistas, a principal razão da não ocorrência de uma guerra nuclear, se deveu à natureza especial das armas nucleares e da dissuasão nuclear que elas impunham.

Dando continuidade à tentativa de responder ao questionamento apresentado no início desta subseção, a atenção agora se direciona às armas nucleares, uma vez que verifica-se que ainda hoje, o seu poder de destruição permanece como objeto de perplexidade e de incompreensão para a maioria dos seres humanos.

De acordo com Nye (2002), a explosão de um artefato nuclear de 1.000 toneladas poderia gerar temperaturas de até 5 vezes a temperatura do centro do Sol. A bomba lançada em 1945 sobre Hiroshima pesava cerca de 15 toneladas. Um míssil de alcance intercontinental podia carregar ogivas com mais de 3.000 toneladas. E nos anos 1980, estimava-se que EUA e URSS possuíam juntos, mais de 50 mil armas desse tipo. Nye (2002) ressalta que os bispos católicos estadunidenses produziram um relatório em 1983 sobre armas nucleares, e se referiram a elas afirmando que os seres humanos constituíam a primeira geração desde o Gênesis, com capacidade de destruir toda a obra de Deus. Ainda assim apesar das armas nucleares terem provocado alterações no modo de se fazer uma guerra, o mundo continuava com a sua forma básica de organização, ou seja, o sistema internacional continuava anárquico e sem uma autoridade superior.

No que diz respeito à evolução das bombas nucleares é necessário abordar a bomba de hidrogênio²² ou bomba termonuclear. O princípio básico dessa bomba é que ela se baseia na liberação de energia quando os átomos de hidrogênio se fundem, ao contrário das antigas bombas nucleares onde a energia liberada era proveniente da fissão dos átomos de urânio. O referido artefato foi uma revolução nuclear, pois esses dispositivos passaram a ter um poder de liberação de energia muito superior do que as bombas nucleares mais antigas.

Além da notável elevação do poder de destruição, a bomba de hidrogênio também permitiu diminuir consideravelmente o tamanho dos artefatos. A partir de então, passou a ser possível construir bombas cada vez mais destrutivas em engenhos cada vez menores. Essas bombas mais poderosas passaram a integrar ogivas de mísseis intercontinentais, e com os referidos mísseis, um ataque nuclear poderia ser realizado em até trinta minutos, medidos desde o momento do lançamento, até o instante do impacto com o alvo. Cabe ressaltar que antes da utilização dos referidos mísseis, o avião era o meio utilizado para o transporte das bombas até o ponto de lançamento sobre o alvo. O tempo de reação contra uma ameaça de ataque nuclear reduziu de algumas horas, no caso do vetor aéreo, para alguns poucos minutos, a partir da utilização do míssil intercontinental (NYE, 2002).

Segundo Nye (2002), a bomba de hidrogênio teve cinco importantes consequências políticas:

a) O conceito de guerra limitada foi restaurado, pois a partir de então, passou-se a agir com maior cuidado para que uma guerra limitada não se transformasse numa guerra generalizada, assim como ocorreu com as duas primeiras guerras. Havia o entendimento de que se essas guerras localizadas saíssem do controle, poderiam resultar em uma guerra nuclear;

b) A guerra foi substituída pelas crises. Durante a Guerra Fria, a Crise dos

²² Disponível em: < <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/bomba-hidrogenio.htm> >. Acessado em: 21 jun. 2018.

Mísseis em Cuba (1962), a crise de Berlim (1961), as crises do Oriente Médio nos anos 1970, desempenharam função equivalente às guerras. Não era viável para nenhuma das partes que se chegasse ao uso da violência deliberada, haja vista os riscos de escalada para uma catástrofe nuclear;

c) As armas nucleares se tornaram o ponto mais importante da estratégia de dissuasão. Naquele momento era importante aumentar o poderio militar de forma que um ataque futuro do inimigo pudesse ser prontamente dissuadido. A capacidade de mobilização que um Estado possuía anteriormente, numa guerra convencional, assim como foi feito na IIGM, não mais possuía tanta importância, frente ao poder destrutivo dessa nova arma;

d) Desenvolvimento de uma consciência comum entre EUA e URSS de que era necessário evitar uma guerra nuclear como forma de não causar uma destruição mútua; e

e) Desenvolvimento da consciência de que a utilização de bombas nucleares contra o inimigo em uma guerra era um ato imoral e reprovável. Nas guerras do Vietnã (1955 a 1975), Golfo (1990 a 1991), e Afeganistão (1979 a 1989), tanto os norte-americanos como os soviéticos, se abstiveram de fazer uso desse tipo de arma.

Assim, em resposta ao questionamento formulado no início dessa subseção, se torna razoável concluir que a Guerra Fria não resultou em uma guerra nuclear, por diversas razões já citadas ao longo dessa subseção. Porém, acredita-se que o motivo mais relevante parece ter sido o surgimento e o aumento do poder destrutivo das armas nucleares. Isso porque o confronto entre as vantagens a serem obtidas, frente às consequências de uma guerra nuclear, tornaram inaceitáveis a ocorrência de conflitos dessa natureza. Uma vez que a guerra nuclear deixou de ser uma opção, as crises entre os Estados passaram a desempenhar as funções que outrora eram exclusivas da guerra. Desse modo, dando continuidade à pesquisa, na próxima subseção analisa-se a Crise dos Mísseis em Cuba (1962).

3.4 A Crise dos Mísseis em Cuba

Conforme exposto anteriormente, no Brasil, a DMN define crise político-estratégica da seguinte forma:

A crise político-estratégica é um tipo de conflito internacional desencadeado imediatamente após a ruptura do equilíbrio existente entre duas ou mais partes envolvidas em determinado contencioso, evoluindo para uma fase de tensão que, quando falham as tentativas de solucionar as divergências, tende a exacerbar-se, aproximando-se do conflito armado. Nesse estágio do conflito, entre dois ou mais Estados, o desencadeamento proposital de uma situação de tensão visa alcançar objetivos políticos ou político-estratégicos, por meio da manipulação do risco de uma guerra, com atitudes e comportamentos que indiquem ser a situação extrema compatível com razões maiores, quase sempre ocultas ou não explicitamente declaradas (BRASIL, 2017, p. 2-1).

Traçando-se um paralelo com esse conceito, a Crise dos Mísseis em Cuba se apresenta como uma crise político-estratégica ocorrida entre os EUA e a URSS em outubro de 1962, havendo sido motivada pela instalação de lançadores de mísseis nucleares pelos soviéticos em Cuba, com alcance suficiente para atingir o território norte-americano e expor ao perigo os seus cidadãos. De maneira complementar, e para alcançar à finalidade a que se destina essa dissertação, é necessário apresentar algumas informações sobre três episódios ocorridos anteriormente: A Revolução Cubana (1959), a Instalação de mísseis nucleares na Turquia (1961), e a Invasão da Baía dos Porcos (1961).

A Revolução Cubana foi um processo liderado por Fidel Castro, que se iniciou com a derrubada do ditador Fulgêncio Batista em 1959. Cuba, que até então era considerada uma espécie de colônia comercial dos EUA, a partir daquele momento passou a ter um líder que contrariava os interesses norte-americanos na região, pois o mesmo realizava o confisco de empreendimentos, nacionalização de bancos e propriedades de estadunidenses no país. Diante dessa situação, os EUA, em retaliação, impuseram proibição total de importação do açúcar cubano e de outros produtos agrícolas. Como consequência, tal ação colocou o Estado Cubano na esfera da influência econômica da URSS (BLAINEY, 2008).

Por sua vez, a invasão em *Playa Gurón* ou Baía dos Porcos (1961) foi uma

tentativa frustrada de invasão a Cuba por mercenários treinados e financiados pelos estadunidenses, com o objetivo de derrubar o governo revolucionário de Castro. Após dois dias de combate, mesmo com o apoio da Força Aérea Americana, os invasores foram vencidos pelas Forças Cubanas (SILVA, 2004). Dos 1.400 homens que desembarcaram na ilha, 114 morreram e 1.189 foram capturados e mantidos na prisão por cerca de dois anos, quando então o governo norte-americano realizou o pagamento de uma espécie de resgate sob a forma de alimentos e remédios, em atendimento às exigências do líder cubano (MEAKER, 2016).

A instalação de mísseis nucleares norte-americanos na Turquia, em local próximo à fronteira com a URSS, foi uma medida adotada pelos EUA a fim de garantir segurança estratégica aos Estados aliados dos EUA na Europa. Entretanto, o posicionamento de tais artefatos gerou significativo ressentimento ao líder soviético Khrushchov (1953-1964), uma vez que tal ação impunha ao território soviético o risco permanente de estar ao alcance de um ataque nuclear dos EUA (BLAINEY, 2008).

Uma vez já compreendida a relação existente entre a Revolução Cubana (1959), a Instalação de mísseis norte-americanos na Turquia (1961), e a Invasão da Baía dos Porcos (1961), nas páginas seguintes passa-se a abordar a Crise dos Mísseis em Cuba (1962).

Cabe ressaltar que a Crise dos Mísseis em Cuba foi um curto período de grande tensão entre os EUA e a URSS, em plena Guerra Fria. Alguns analistas acreditam que tal evento foi a situação mais próxima em que estivemos de uma guerra nuclear.

De acordo com Blainey (2008), os poderes de destruição das duas potências em conflito superavam o poder de qualquer outro Estado existente e, como fator agravante, é possível destacar que o perigo vivido durante a crise cubana, jamais teve paralelo na história da humanidade. Meaker (2016) acrescenta que, após a Crise dos Mísseis, os EUA e a URSS estabeleceram uma forma de comunicação direta entre o Washington e Moscou. Esse meio de

comunicação ficou conhecido como “*Moscow - Washington Hotline*” ou “telefone vermelho”, e tinha como objetivo possibilitar uma maior celeridade na comunicação entre os dois líderes, pois, até então, em uma situação de emergência, não havia um meio que permitisse o rápido diálogo entre os dois chefes de Estados.

A crise teve início quando os EUA detectaram que a URSS instalava mísseis nucleares na ilha de Cuba, estando esses mísseis capacitados a atingirem o território norte-americano. Na ocasião, John Fitzgerald Kennedy (JFK), democrata eleito em 1960, era o presidente dos EUA, e na URSS, o líder soviético era o socialista Nikita Khrushchov, eleito em 1953.

A cronologia dos eventos, apresentada no apêndice a este trabalho, fornece o entendimento mais detalhado, sobre o desenrolar dos treze dias da crise, deixando claros três momentos distintos. Em um primeiro momento, os estadunidenses tomaram conhecimento acerca dos acontecimentos sobre a montagem de uma base de lançamento de mísseis soviéticos em Cuba, com alcance suficiente para atingir o território dos EUA.

Em um segundo momento, o presidente Kennedy iniciou reuniões com integrantes de seu governo no sentido de elaborar as ações a serem tomadas em resposta ao desafio soviético. Um bloqueio naval, que foi chamado de “quarentena”, foi estabelecido em torno de Cuba, com vistas a impedir a chegada de navios soviéticos que transportavam materiais relacionados à instalação dos mísseis.

Em um terceiro momento, os dois líderes estabeleceram intensa comunicação por meio de diversas cartas e reuniões diplomáticas, quando finalmente chegam a um acordo. Nesse acordo os soviéticos se comprometeram a retirar toda a estrutura de lançamento de mísseis de Cuba, em troca da promessa americana de que os EUA jamais invadiriam o Estado cubano. Além disso, e de forma secreta, os EUA também se comprometeram em retirar da Turquia todos os mísseis estadunidenses posicionados na fronteira com a URSS, entretanto,

ficou acertado, que a parte do acordo que envolvia os mísseis na Turquia jamais poderia ser divulgada, e caso ocorresse a divulgação, os EUA negariam publicamente a sua existência.

3.5 Conclusões Parciais

Assim sendo, verifica-se que a Crise dos Mísseis em Cuba, de acordo com a Doutrina Militar Naval do Brasil, pode ser enquadrada como uma crise político-estratégica, pois envolveu dois ou mais Estados. Verificou-se também que, no contexto da Guerra Fria, as armas nucleares se tornaram o ponto mais importante da estratégia de dissuasão, e que nesse período as guerras convencionais foram substituídas pelas crises.

Também foi possível visualizar que o bloqueio estadunidense ao tráfego marítimo soviético atendeu às exigências do Direito Internacional, uma vez que para ser válido e reconhecido perante a comunidade internacional deveria atender aos seguintes critérios: estabelecimento (deveria ser formalmente declarado pelo governo de um Estado), Eficácia (deveria ser eficaz, ou seja, quem decretou o bloqueio deveria efetivamente possuir meios para executá-lo), Notificação (o Estado que realizou o bloqueio deveria notificar todos os Estados afetados pelo bloqueio), Imparcialidade (deveria ser válido para todos os navios, de todos os Estados, sem qualquer discriminação), e Limitação (não deveria afetar países neutros que não estivessem transportando material ou pessoal na área considerada).

Foi verificada também a relação existente entre os seguintes eventos: a Revolução Cubana (1959), a instalação de mísseis estadunidenses na Turquia (1961), a invasão de exilados políticos apoiados pelos estadunidenses à Baía dos Porcos (1961) e a Crise dos Mísseis (1962).

Na Revolução Cubana, Fidel Castro derrubou o governo de Fulgêncio Batista e instalou um governo comunista contrário aos interesses estadunidenses. A oposição norte-americana a esse novo governo, gerou, como consequência, a inserção do Estado cubano na

esfera de influência da URSS.

A invasão à Baía dos Porcos, por sua vez, foi uma tentativa fracassada de derrubada do governo Castrense por um grupo de exilados cubanos financiados pelos norte-americanos. A instalação de mísseis estadunidenses na Turquia visava proteger os Estados aliados dos EUA na Europa, de um eventual ataque inimigo, porém, tal manobra incomodava sobremaneira os soviéticos, uma vez que colocava o território russo ao alcance de um ataque da potência norte-americana.

Já na Crise dos Mísseis, cujos principais acontecimentos estão descritos no apêndice a este trabalho, a URSS instalou lançadores de mísseis nucleares em Cuba de forma que a segurança estratégica do EUA passou a ficar ameaçada. Alguns analistas enxergam essa ação soviética como uma maneira de forçar os EUA a realizarem a retirada dos mísseis da Turquia, a fim de reestabelecer o equilíbrio de poder entre as superpotências.

Dessa maneira, uma vez atingido o propósito deste capítulo, na próxima seção é realizada uma análise a fim de verificar se existe aderência entre as teorias contidas na segunda seção, e o caso concreto da Crise dos Mísseis em Cuba tratado na corrente seção.

4 A COMPARAÇÃO ENTRE AS TEORIAS E O CASO CONCRETO

O corrente capítulo se presta a verificar a compatibilidade entre as teorias selecionadas e os acontecimentos ocorridos no caso concreto selecionado para esse trabalho. Assim, a primeira subseção deste capítulo traz o confronto entre teoria de Pinto (1989) e a Crise dos Mísseis em Cuba (1962), procurando destacar quais os tipos de forças navais foram efetivamente empregadas na referida crise.

A segunda subseção, por sua vez, apresenta o confronto entre duas ideias postuladas por Schelling (1960), no contexto da Teoria dos Conflitos, com fatos ocorridos por ocasião da Crise dos Mísseis em Cuba (1962).

Na terceira e última subseção deste capítulo é feita uma conclusão parcial sobre o assunto tratado.

4.1 Paulo Lafayette Pinto e a Crise dos Mísseis em Cuba

Pinto (1993) acredita que o Poder Naval de um Estado pode ser utilizado como importante instrumento de solução de crises, haja vista que o mesmo tem a capacidade de projetar poder sem consumir a violência ou violar a soberania do Estado oponente. Para o cumprimento dessa tarefa, o autor afirma que em situação de crise, conforme descrito no quadro contido no capítulo 2, o Poder Naval pode ser utilizado sob três formas distintas: Força Potencial, Força de Apoio e Força de Intervenção, sendo esta última ainda dividida em Bloqueadora, Definidora, Punitiva e Restauradora.

Ao rever os acontecimentos ocorridos por ocasião da Crise dos Mísseis, conclui-se que a Força Potencial e a Força de Apoio não foram empregadas pelos estadunidenses ou soviéticos. Entretanto, no que diz respeito à Força de Intervenção, dentre as quatro modalidades que a compõe, observa-se o emprego apenas da Força Bloqueadora, uma vez que os EUA impuseram um bloqueio naval aos navios soviéticos que transportavam materiais

bélicos para Cuba, como forma de exercer pressão sobre a URSS, a fim de que a mesma retirasse os mísseis instalados no território cubano. Ressalta-se que de acordo com os registros históricos sobre os treze dias da crise, o bloqueio naval também visava possibilitar aos estadunidenses obter algum tempo adicional para negociação com a URSS, enquanto a diplomacia americana buscava o apoio da opinião pública internacional junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA)²³.

4.2 Thomas Schelling na Crise dos Mísseis em Cuba

O economista norte-americano Thomas Crombie Schelling desenvolveu estudos que contribuíram para uma melhor compreensão acerca do desenvolvimento dos conflitos. Conforme descrito no capítulo 2 da presente pesquisa, duas ideias se mostraram importantes para este estudo:

a) a primeira afirma que em qualquer situação de conflito sempre existe o interesse mútuo de cooperação entre os oponentes, mesmo que essa cooperação seja limitada apenas a evitar a destruição das partes envolvidas; e

b) a segunda defende que a coação e a ameaça perfazem um tipo alternativo de comunicação entre as partes.

Uma vez descritas, o objetivo então seria confirmar se tais ideias podem ser consideradas válidas diante da Crise dos Mísseis de Cuba em 1962. Cabe destacar que, para evitar a repetição excessiva de vocábulos, a partir de então, a denominação “Crise dos Mísseis em Cuba em 1962” é mencionada, simplesmente, por meio da expressão “Crise dos Mísseis”.

4.2.1 Primeira ideia: A cooperação entre os oponentes

Com vistas a atingir o propósito desta subseção, a partir de agora a seguinte

²³ A OEA hoje congrega 35 Estados independentes no continente americano e possui como pilares: os direitos humanos, a segurança mútua, a democracia e o desenvolvimento. Disponível em: <http://www.oas.org/pt/sobre/quem_somos.asp> Acessado em: 27 jun. 2018

pergunta será respondida: Na Crise dos Mísseis houve o interesse mútuo de cooperação entre EUA e URSS, mesmo que essa cooperação tenha sido limitada a evitar a destruição de ambas as partes? O entendimento que se tem nessa pesquisa é que sim. E para comprovar afirmativa, são apresentados os seguintes fatos:

a) O presidente Kennedy demonstrou utilizar a imposição da força de forma gradual, ao optar pelo estabelecimento de um bloqueio naval, em detrimento a um imediato ataque aéreo seguido de uma invasão em Cuba. Isso porque, de acordo com a sua avaliação, essa segunda opção poderia desencadear uma escalada da crise, dando origem a uma guerra nuclear indesejada. A imposição da força pelos EUA de maneira gradual pode ser considerada uma forma de cooperação indireta com a URSS, uma vez que concedeu aos soviéticos um espaço temporal para reflexão e análise da situação, antes de um eventual ataque direto e contundente por parte dos estadunidenses. Com essa ação, os EUA possibilitaram o arrefecimento de ânimos, enquanto se buscava a solução mais equilibrada para ambos os lados;

b) Em 23 de outubro, no oitavo dia da crise, escoltados por submarinos, os navios cargueiros soviéticos esboçaram a intenção de executar uma tentativa de rompimento da linha de bloqueio estabelecida pelos meios navais estadunidenses. Entretanto, em determinado momento, os navios soviéticos interromperam o deslocamento, cessando assim, o movimento hostil contra o bloqueio. Nos momentos que antecederam esses fatos, o nível de tensão na sede do governo estadunidense elevou-se perigosamente, pois, um ataque, ou até mesmo um simples movimento ameaçador dos submarinos soviéticos, contra a força naval dos EUA, poderia ter como consequência, uma resposta violenta por parte dos estadunidenses. Entretanto, com a interrupção do deslocamento dos navios soviéticos, ocorreu um grande alívio na Casa Branca²⁴, uma vez que o presidente Kennedy e seus assessores buscavam uma

²⁴ Casa Branca ou *White House* (em inglês) é a residência oficial e o principal local de trabalho do Presidente dos Estados Unidos.

solução pacífica para o impasse. Nesse caso pode-se observar que mesmo possuindo a capacidade de atacar os meios navais dos EUA, a atitude da URSS pareceu demonstrar que os soviéticos não tinham o interesse em romper o bloqueio e, conseqüentemente, deixar os EUA somente com a alternativa do revide. Isso porque, parece razoável apontar que os soviéticos sabiam que tal ato poderia desencadear o agravamento da crise. Desse modo, compreende-se que a atitude soviética, nessa ocasião, demonstrou certo nível de cooperação junto aos estadunidenses, com vistas a evitar a escalada da violência e o risco de uma guerra nuclear;

c) O acordo firmado como condição para o término da crise constitui um exemplo claro de ações de ambos os lados no sentido de evitar a destruição mútua ocasionada por uma eventual guerra nuclear. No referido acordo ficou estabelecido que, sob a inspeção de uma comissão da ONU, os soviéticos retirariam todos os mísseis de Cuba. Em troca, os EUA prometeram que jamais invadiriam o Estado cubano. Além disso, também se prometeu, secretamente, a retirada de todos os mísseis estadunidenses da Turquia. Desse modo, a URSS conseguiu melhorar o equilíbrio do poder mundial a seu favor; e

d) Pode-se entender que o estabelecimento de uma linha de comunicação direta entre EUA e URSS, o “*Moscow - Washington Hotline*” ou “telefone vermelho”, logo após o encerramento da Crise dos Mísseis, também foi uma demonstração clara da colaboração entre ambas as partes com vistas a facilitar o diálogo e evitar a escalada indesejável de uma eventual crise no futuro. Antes dessa inovação, as mensagens entre os líderes estadunidenses e soviéticos eram transmitidas por meio de cartas que podiam levar até algumas horas para serem decodificadas e entregues ao seu destinatário final. A partir desse momento, a comunicação passava a ser praticamente instantânea. O “*Moscow - Washington Hotline*” ou “telefone vermelho”, a partir daquele momento deixava mais próximos os dois líderes mundiais, mesmo que de forma virtual, sempre que as circunstâncias assim exigissem.

4.2.2 Segunda ideia: A coação e a ameaça como um meio alternativo de comunicação

Com a finalidade de atingir o objetivo desta subseção, a partir de agora, a seguinte pergunta será respondida: Durante a Crise dos Mísseis, a coação e a ameaça, em algum momento perfizeram um tipo alternativo de comunicação entre EUA e URSS? O entendimento que se tem, nessa pesquisa, é que sim. E com a finalidade de dar embasamento a essa afirmativa, são apresentados a seguir, os seguintes fatos:

a) Em 17 de outubro, no segundo dia da crise, unidades militares americanas foram deslocadas para bases militares localizadas no sudeste dos EUA. Nessa situação, além de obviamente estar se preparando para eventualmente lançar um ataque preventivo, Kennedy estava indicando a Khrushchov que a ação soviética poderia ensejar uma dura ação militar americana;

b) Em 26 de outubro, no décimo primeiro dia da crise, um dos navios cargueiros soviéticos foi detido pelas forças navais americanas na linha do bloqueio. Porém, após ser inspecionado, o cargueiro foi liberado para seguir viagem até o seu porto de destino em Cuba, tendo em vista que durante a inspeção foi constatado que o mesmo não transportava materiais ligados à instalação dos mísseis. Com essa ação os EUA encaminharam uma mensagem clara ao Primeiro-Ministro soviético sobre o seu interesse em impedir a chegada apenas de materiais que pudessem ser utilizados na montagem dos lançadores de mísseis que ameaçavam o território estadunidense; e

c) A instalação de mísseis na Turquia (1961), em local próximo à fronteira com a URSS representava uma ameaça clara aos soviéticos. Com essa ação os EUA deixam evidente que um ataque aos países da Europa poderia ensejar uma rápida ação contrária aos soviéticos.

4.3 Conclusões parciais

Ao analisar a Crise dos Mísseis em Cuba (1962), sob a lupa da teoria de Pinto

(1989), chega-se à conclusão de que, entre todos os tipos de forças navais, somente a Força de Intervenção, na modalidade do bloqueio naval foi efetivamente utilizada, enquanto que os demais tipos e modalidades de forças navais não foram empregados. Para o caso em questão, a teoria se comprovou válida.

Em relação à Teoria dos conflitos, o economista estadunidense Thomas Schelling (1960) afirma que numa situação conflituosa os oponentes se comportam de forma racional ao evitarem uma solução que ocasione danos severos ou a destruição de ambas as partes. Além disso, Schelling assevera que esses mesmos oponentes também podem se comunicar por meios e formas não convencionais, tais como: a coação e a ameaça. Com o objetivo de testar a validade dessas ideias no contexto da Crise dos Mísseis, buscou-se, nas duas subseções anteriores, responder aos seguintes questionamentos: na Crise dos Mísseis houve o interesse mútuo de cooperação entre EUA e URSS, mesmo que essa cooperação tenha sido limitada a evitar a destruição de ambas as partes? Pode-se afirmar que na Crise dos Mísseis, a coação e a ameaça, em algum momento perfizeram um tipo alternativo de comunicação entre EUA e URSS? De acordo com a descrição dos fatos apresentados nas duas subseções anteriores, chegou-se à conclusão de que, para os dois questionamentos, as duas ideias de Thomas Schelling são válidas quando testadas no evento histórico da Crise dos Mísseis em Cuba.

5 CONCLUSÃO

O propósito dessa pesquisa foi verificar se as ações dos EUA e da URSS, no contexto da Crise dos Mísseis em Cuba (1962), apresentam conformidade com os conceitos defendidos por Pinto (1989), no que diz respeito às várias possibilidades de emprego do Poder Naval em manobra de crise. Além disso, em um segundo momento, também buscou-se investigar se as referidas ações guardam aderência às ideias desenvolvidas pelo economista Thomas Schelling no contexto da Teoria dos Conflitos.

No que concerne aos conceitos desenvolvidos por Pinto (1989), foi visto que existem várias possibilidades de emprego de uma Força Naval na condução de uma crise político-estratégica. Por ordem crescente do nível de violência empregado, os tipos de Forças Navais são os seguintes: Força Potencial, Força de Apoio e Força de Intervenção. A Força de Intervenção ainda é subdividida em Bloqueadora, Definitiva, Punitiva e Restauradora.

Em relação aos estudos do economista Thomas Schelling, no campo da Teoria dos Conflitos, duas proposições se tornaram importantes para esta pesquisa: na primeira ideia Thomas Schelling afirma que em qualquer situação de conflito sempre existe o interesse mútuo de cooperação entre as partes oponentes, mesmo que essa cooperação seja limitada a evitar a destruição mútua; e, na segunda ideia, o autor relata que a coação e a ameaça perfazem um importante tipo de comunicação entre as partes envolvidas.

Conforme indicado anteriormente, o motivo da escolha desse estudo reside na oportunidade de podermos contribuir para o entendimento da dinâmica de evolução de crises entre dois ou mais Estados soberanos, procurando fornecer, aos níveis político, estratégico e tático do Brasil, uma visão mais clara sobre a condução de eventuais crises futuras, bem como mostrar a importância de se manter um Poder Naval adequado à consecução e à defesa dos interesses nacionais.

Para atingir o objetivo desse trabalho foi realizado o confronto entre os conceitos

e ideias defendidos por Pinto (1989), e Thomas Schelling (1963) frente aos eventos ocorridos durante os treze dias da Crise dos Mísseis em 1962. Assim, na primeira etapa do processo de confronto entre a teoria e o fato histórico, buscou-se responder se a utilização do Poder Naval pelos EUA e URSS na Crise dos Mísseis (1962) guardava aderência aos conceitos defendidos por Pinto (1989), no estudo sobre o emprego de forças navais em situação de crise. Após essa análise, chegou-se à conclusão de que entre todos os tipos de forças navais, somente a Força de Intervenção, na modalidade do bloqueio naval foi efetivamente empregada, e que os demais tipos e modalidades de forças navais não foram empregadas. Mesmo com a não ocorrência dos demais tipos e modalidades de Forças Navais existentes, concluiu-se que a teoria de Pinto (1989) se comprovou válida para o caso estudado.

Na segunda e última etapa do processo de confronto entre a teoria e o fato histórico, com base nas ideias da Teoria do Conflito de Thomas Schelling (1963), buscou-se responder se na Crise dos Mísseis houve o interesse mútuo de cooperação entre EUA e URSS, mesmo que essa cooperação tenha sido limitada a evitar a destruição de ambas as partes, e como segundo questionamento, também buscou-se responder se é possível afirmar que na Crise dos Mísseis, a coação e a ameaça, em algum momento perfizeram um tipo alternativo de comunicação entre EUA e URSS. De acordo com as evidências coletadas, em ambos os questionamentos concluiu-se que sim. Isso porque, a imposição da força de forma gradual, sob a forma do estabelecimento do bloqueio naval estadunidense contra a URSS, o não rompimento da linha de bloqueio naval americana pelos soviéticos, e o acordo firmado entre EUA e URSS ao final da crise, se constituem em evidências que corroboram a afirmativa da resposta ao questionamento sobre a cooperação entre estadunidenses e soviéticos durante a crise. Já o deslocamento de unidades militares americanas para bases militares do sudeste dos EUA, a liberação pelas forças navais americanas de um navio cargueiro soviético inspecionado que não transportava materiais bélicos, e a instalação de mísseis estadunidenses

próximos à fronteira da Turquia com a URSS, se mostraram como fatos que sustentam a afirmativa da resposta ao questionamento sobre as mensagens enviadas sob formas alternativas no plano da coação e da ameaça.

Do exposto, ao finalizar a realização da corrente pesquisa, concluiu-se que, no contexto da Crise dos Mísseis em Cuba (1962), são válidas a teoria de Pinto (1989) sobre os tipos de empregos de forças navais em situação de crise, e as ideias de Thomas Schelling (1963) no tocante à Teoria dos Conflitos.

REFERÊNCIAS

- ARON, Raymond. *Paz e Guerra Entre as Nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. 936 p.
- BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Século XX*. São Paulo: Fundamento, 2008. 311 p.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. MD35-G-01. *Glossário das Forças Armadas*. 5 ed. Brasília: 2015.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-321. *Manual de Estratégia e Crises Internacionais*. Brasília: 2002.
- BRASIL. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. EMA-305. *Doutrina Militar Naval*. Brasília: 2017.
- CABRAL, Ricardo Pereira; BAHIA, Nelson Ricardo Calmon. *Uma análise dos componentes do poder marítimo brasileiro*. Intellector, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 3-19, 2017. Disponível em: <<http://www.cenegri.org.br/intellector/ojs-2.4.3/index.php/intellector/article/view/137/92>>. Acesso em: 16 jun. 2018.
- COTEAU-BÉGARIE, Hervé. *Traité de Stratégie*. 5. Ed. Paris: Economica, 2006. 1049 p.
- DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. São Paulo: Atlas, 2013. 305 p.
- FREUND, J. *Sociología del conflicto*. Madrid: Ediciones Ejército, 1995. 310 p.
- LEITE, Cláudio Lopes Araújo. *O Poder Naval em situação de crise*. O Anfíbio, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 5-14, 2018. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cgcfm/sites/www.marinha.mil.br/cgcfm/files/O_ANFIBIO_2018.pdf> Acessado em: 01 ago. 2018.
- MEAKER, Scott S. F. *À beira da Guerra Nuclear: Crise dos Mísseis de Cuba - União Soviética, Cuba e os Estados Unidos*. Babelcube Inc, 2016. 34 p.
- NYE, Joseph Samuel. *Compreender os Conflitos Internacionais – Uma Introdução à Teoria e à História*. 3 Ed. Lisboa: Gradiva, 2002. 304 p.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. *Manual do Candidato – Política Internacional*. 2 Ed. Brasília: FUNAG, 2012. 354 p.
- PINTO, Paulo Lafayette. *O Emprego do Poder Naval em Tempo de Paz*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha (SDM), 1989. 178 p.
- SHELLING, Thomas Crombie. *The Strategy of Conflict*. New York: Galaxy Book, 1963
- SCHOLZ, Fernando. *A contribuição de Thomas Schelling para os estudos de dissuasão*

nuclear. *Século XXI*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2014. Disponível em: <<http://seculoxxi.espm.br/index.php/xxi/article/view/78/80>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX – As grandes transformações do mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2004. 930 p.

TILL, GEOFFREY. *Seapower: a guide for the 21st century*. 3ed. London: Routledge, 2013.

VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *O Emprego Político do Poder Naval*. *Revista Marítima Brasileira / Serviço de Documentação Geral da Marinha*. Rio de Janeiro, v. 138, suplemento, p. 18-46, 2018.

APÊNDICE - CRONOLOGIA RESUMIDA DA CRISE DOS MÍSSEIS

Com base nas informações obtidas junto aos registros da *John Fitzgerald Kennedy Presidential Library and Museum*²⁵, nesse apêndice discorre-se sobre os principais acontecimentos ocorridos nos 13 dias da Crise dos Mísseis em Cuba, no período 16 a 28 de outubro de 1962:

a) 1º dia - 16 de outubro: Às 8h45 de 16 de outubro de 1962, o Presidente Kennedy tomou conhecimento que, por meio de fotos aéreas, foi detectada a construção de uma base de mísseis soviéticos em Cuba, a uma distância de cerca de 90 milhas da costa do Estado da Flórida. O presidente Kennedy e seus assessores imediatamente iniciaram as discussões com vistas a estabelecer a forma como os EUA responderiam a tal ameaça. Dentre as opções emergiram, de um lado, um ataque aéreo seguido de invasão e, de outro, o estabelecimento de um bloqueio naval. Para não despertar o pânico na população estadunidense, Kennedy tentou manter sua agenda oficial sem alterações.

b) 2º dia - 17 de outubro: Unidades militares americanas foram deslocadas para bases militares localizadas no sudeste dos EUA.

c) 3º dia - 18 de outubro: O ministro das Relações Exteriores Soviético, Andrei Gromyko, informou pessoalmente ao Presidente Kennedy que os armamentos soviéticos que estavam sendo instalados em Cuba eram de caráter estritamente defensivos e não constituíam uma ameaça aos EUA.

d) 5º dia - 20 de outubro: O presidente estadunidense optou pela alternativa do bloqueio naval, o qual passou a ser chamado pelos estadunidenses de “quarentena”.

e) 7º dia - 22 de outubro: Kennedy escreveu uma carta a Khrushchov solicitando que a URSS retirasse de imediato os mísseis de Cuba, e informou que os EUA estariam

²⁵ Disponível em: < <http://microsites.jfklibrary.org/cmc/> > Acessado em: 27 jun. 2018.

determinados a adotar as ações que se fizessem necessárias, a fim de cessar a ameaça soviética. Kennedy ressaltou, também, que era importante que a questão fosse resolvida por meios pacíficos, haja vista que uma guerra nuclear traria consequências catastróficas para ambas as partes, e para o resto do mundo. Às dezenove horas Kennedy fez um discurso à nação americana dando ciência dos fatos e informando que estabeleceria uma quarentena naval ao redor de Cuba, a fim de impedir a chegada de qualquer material militar à ilha, até que a URSS realizasse a retirada de todos os mísseis.

f) 8º dia - 23 de outubro: A OEA aprovou uma Resolução endossando o bloqueio naval dos EUA a Cuba. Kennedy pediu a Khrushchov, por meio de uma carta, que os navios soviéticos não tentassem ultrapassar o limite imposto pelo bloqueio. Cargueiros escoltados por submarinos soviéticos se aproximaram da área e não demonstraram intenção de que respeitariam o bloqueio imposto. Aumentou assim, a tensão no gabinete presidencial estadunidense, pois se o comboio russo tentasse avançar sobre o bloqueio, os EUA teriam que atacar os navios soviéticos, e como era sabido, essa ação poderia ocasionar uma guerra nuclear. Em determinado momento os navios russos receberam a ordem de parar e não tentam romper o bloqueio. Houve alívio na Casa Branca²⁶.

g) 9º dia - 24 de outubro: Ao responder a carta que foi enviada por Kennedy no dia 23 de outubro, Khrushchov acusou os EUA de executarem um bloqueio naval arbitrário a Cuba. O líder soviético se mostrou indignado ao afirmar que os EUA tentaram intimidar a URSS por meio da ameaça de uso da força.

h) 10º dia - 25 de outubro: Ao tomar conhecimento que parte dos mísseis que foram instalados em Cuba já estavam devidamente operacionais, o presidente estadunidense escreveu uma terceira carta ao líder soviético. Nessa carta, Kennedy teceu a cronologia dos acontecimentos da crise ocorridos até aquele momento, reiterando que a URSS havia deixado

²⁶ Casa Branca ou *White House* (em inglês) é a residência oficial e o principal local de trabalho do Presidente dos Estados Unidos.

claro que os armamentos que estavam sendo instalados em Cuba eram apenas de caráter defensivo, mas que os fatos recentes indicavam que as declarações russas eram falsas. Kennedy também destacou que a crise em andamento havia sido iniciada pelas atitudes dos soviéticos e que Khrushchov deveria adotar ações de modo a permitir que a situação de estabilidade anterior à crise fosse restaurada. Ainda nesse dia, durante o debate da crise no Conselho de Segurança da ONU, o embaixador dos EUA apresentou fotos que comprovavam a instalação de mísseis nucleares em Cuba. Com essa atitude os EUA angariaram um maior apoio da opinião pública internacional. O bloqueio naval instituído permitiu aos estadunidenses chamar a atenção da opinião pública internacional por ocasião das discussões ocorridas na OEA e ONU.

i) 11º dia - 26 de outubro: Um dos cargueiros soviéticos foi detido na linha do bloqueio naval e após ser inspecionado foi liberado para seguir navegando até o porto de destino em Cuba. Isso porque, durante a inspeção, foi comprovado que o mesmo não transportava materiais bélicos. Com essa atitude os EUA demonstraram que o motivo do bloqueio era exclusivamente impedir a chegada de materiais que poderiam ser utilizados na instalação dos mísseis em Cuba.

Fidel Castro enviou uma carta a Khrushchov pedindo um primeiro ataque nuclear, no caso de uma invasão americana em Cuba.

Khrushchov escreveu mais uma carta a Kennedy propondo uma solução para a crise, onde a URSS retiraria os mísseis de Cuba, em troca do fim do bloqueio e do comprometimento de que os EUA jamais invadiriam Cuba.

j) 12º dia - 27 de outubro: Um avião estadunidense de reconhecimento foi abatido por um míssil terra-ar fornecido pelos soviéticos quando sobrevoava o território cubano. Em uma tensa reunião com o Comitê Executivo da Casa Branca, o presidente Kennedy foi pressionado para responder à derrubada da aeronave com um ataque seguido de

invasão a Cuba. Kennedy não cedeu à pressão, e se manteve convicto de que ainda não deveria invadir o território cubano.

No dia seguinte à primeira proposta feita por Moscou, uma segunda correspondência russa foi enviada aos EUA. Nessa nova carta, Khrushchov se utilizou de palavras mais duras, e acrescentou que, além das exigências anteriores, a partir daquele momento os soviéticos também exigiriam a retirada dos mísseis estadunidenses instalados na fronteira da Turquia com a URSS. No início da noite, Robert Kennedy, irmão e assessor especial do presidente Kennedy, secretamente se encontrou com o embaixador soviético e chegaram ao entendimento comum de que a URSS retiraria todos os mísseis de Cuba, sob a supervisão de uma comissão de vistoria da ONU, em troca da promessa americana de jamais invadir o Estado cubano. Além disso, também estipularam um acordo secreto adicional, onde os Estados Unidos removeriam os mísseis estadunidenses instalados na Turquia. Assim, ficou acertado que a parte do acordo que envolvia os mísseis na Turquia jamais poderia ser divulgada e, caso ocorresse a divulgação, os EUA negariam veementemente e publicamente a existência de tal acordo.

k) 13º dia - 28 de outubro: Nikita Khrushchov anunciou que aceitou o acordo de retirada dos mísseis de Cuba em troca da promessa americana de nunca invadir Cuba. A crise dos mísseis entre EUA e URSS foi assim, encerrada.